EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O Mercado Público de Porto Alegre não é um espaço restrito ao comércio. Ele também tem grande relevância para as religiões de matriz africana. Essa importância explica-se pela crença dos praticantes e simpatizantes das religiões de matriz africana de que, ao centro do edifício, está assentado o Orixá Bará, entidade que, dentro do panteão africano, abre caminhos, é o guardião das casas e das cidades e representa o trabalho e a fartura.

A palavra “assentar” significa fixar o orixá em determinado objeto por meio de práticas rituais específicas. Esse objeto – chamado pelos praticantes da religião de ocutá – está enterrado no chão do Mercado Público, exatamente no centro do seu piso, significando que o orixá está ali, podendo ser visitado, cultuado e receber oferendas dos adeptos da religião.

Existem muitas polêmicas sobre o Bará do Mercado, mas duas versões são as mais conhecidas. A primeira conta que o Bará teria sido assentado pelos próprios negros que construíram o Mercado Público. Essa era, então, uma prática muito comum entre eles na África quando da construção de seus mercados, uma vez que representam a fartura e abastança.

Outra versão é a de que a ideia de assentar o Bará no Mercado Público foi do Príncipe Custódio. Ao chegar aqui, como um grande líder religioso que trouxe cultos da África, decidiu fazer o assentamento dos orixás em Porto Alegre. Dessa forma, na época, foram assentados sete barás na cidade, sendo o primeiro o do Mercado – e por isso, considerado o mais forte.

Reza a lenda que o Príncipe Custódio Joaquim de Almeida, ou Osuanlele Okizi Erupê, nasceu na Nigéria, no ano de 1831. Ele seria filho de um rei, destronado pelos ingleses no final do século XIX. Veio, então, como príncipe para o Brasil, e era muito reconhecido como o consolidador das religiões de matriz africana no Estado do Rio Grande do Sul. Inicialmente fixou-se nos municípios de Rio Grande e Bagé, vindo para Porto Alegre com 70 anos de idade. Falava fluentemente francês e inglês e era cercado de muitas histórias, frequentando, inclusive, a alta sociedade da época. Sua casa, na cidade baixa, era visitadíssima. Sua festa de 100 anos durou três dias, ao som de tambores africanos.

Ao longo dos anos, o local era respeitado por todos os porto-alegrenses, independentemente de seus credos, haja vista a historicidade do próprio Mercado Público. Todavia, nos últimos anos, a Prefeitura de Porto Alegre, na atual gestão do Prefeito Nelson Marchezan Junior, lançou edital de licitação para Concessão de Uso para reforma, restauração, requalificação, manutenção, gestão e operação do Mercado Público Central de Porto Alegre.

Especificamente, com relação ao Projeto que agora se apresenta, tem-se que no dia 13 de junho é comemorado o dia de Santo Antônio, o santo casamenteiro para os católicos, e Bará, para os povos tradicionais de matriz africana. Para eles, o Orixá Bará é aquele que abre os caminhos, a quem se pede proteção para retirar a maldade do caminho. Também é conhecido como dono da fertilidade, das correntes e das chaves.

Incluindo-se a data no rol de datas comemorativas do Município de Porto Alegre, se fará respeitar justamente a laicidade do Estado, previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, bem como na própria Constituição do Estado do Rio Grande do Sul. Ambas as Cartas Políticas elencam como essencial a liberdade religiosa. E, por não possuir o Estado (brasileiro e gaúcho) uma religião oficial, deve imprimir todos os esforços necessários a agregar todas as religiões.

No que tange às de matriz africana, tem-se que, nos últimos anos, foi a que mais sofreu atos de racismo e perseguição, com diversos registros de homicídio praticado contra seus adeptos e praticantes.

Em 2018, o Disque 100 (Disque Direitos Humanos) recebeu 506 denúncias de intolerância religiosa, no Brasil. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

Crianças foram atingidas por pedras quando voltavam de cultos de candomblé, um cozinheiro foi impedido de ornamentar seus pratos, pois eram oferendas à Iemanjá, terreiros foram incendiados, entre outros casos de discriminação religiosa no Brasil, que chegaram a 210 no primeiro semestre do ano de 2018, segundo dados do Ministério dos Direitos Humanos.

A religião que mais sofreu intolerância religiosa foi a umbanda (72 denúncias). Em seguida, vieram o candomblé (47), as testemunhas de Jeová (31), as de matrizes africanas (28) e algumas de segmentos evangélicos (23).

No ano anterior, as religiões que mais foram vítimas de discriminação foram: umbanda (54), candomblé (52), matrizes africanas (38), católica (31) e evangélica (27).

Em havendo o reconhecimento da data que aqui se propõe, se estará preservando não apenas o direito de livre culto dos porto-alegrenses, mas também a historicidade do próprio Bará do Mercado Público, em pleno respeito à ancestralidade que ali existe e que deve ser preservada.

Diante do Exposto, submeto esta Proposição aos meus nobres pares para que o Dia do Bará do Mercado Público seja incluído no Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre.

Sala das Sessões, 8 de junho de 2020.

VEREADOR ADELI SELL

**PROJETO DE LEI**

**Inclui a efeméride Dia do Bará do Mercado Público no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho.**

**Art. 1º**  Fica incluída a efeméride Dia do Bará do Mercado Público no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 13 de junho.

**Art. 2º**  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

/DBF